

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	69
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	70
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	74
--	----

Motivos de Reapresentação	75
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	2.871.877	2.419.354	2.033.189
1.01	Ativo Circulante	377.816	240.691	140.804
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56.760	204.500	111.742
1.01.02	Aplicações Financeiras	278.769	0	0
1.01.03	Contas a Receber	36.447	30.560	20.107
1.01.03.01	Clientes	36.447	30.560	20.107
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.323	1.664	1.469
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.323	1.664	1.469
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.377	2.319	2.968
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	140	1.648	4.518
1.02	Ativo Não Circulante	2.494.061	2.178.663	1.892.385
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	193.461	229.641	56.932
1.02.01.03	Contas a Receber	1.601	5.592	1.997
1.02.01.06	Tributos Diferidos	191.860	224.049	54.935
1.02.03	Imobilizado	1.799	807	931
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.799	807	931
1.02.04	Intangível	2.298.801	1.948.215	1.834.522
1.02.04.01	Intangíveis	2.298.801	1.948.215	1.834.522
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.198.037	1.219.434	1.239.730
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.100.764	728.781	594.792

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	2.871.877	2.419.354	2.033.189
2.01	Passivo Circulante	189.967	148.735	178.256
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.530	6.303	6.485
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.376	1.490	1.762
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.154	4.813	4.723
2.01.02	Fornecedores	19.866	18.398	18.274
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.866	18.398	18.274
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.058	4.260	4.090
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.535	1.955	1.913
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.523	2.305	2.177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.005	118.290	147.781
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	55.873	27.498	17.807
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	55.873	27.498	17.807
2.01.04.02	Debêntures	97.132	90.792	129.974
2.01.05	Outras Obrigações	3.508	1.484	1.626
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.631	0	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.631	0	0
2.01.05.02	Outros	877	1.484	1.626
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	760	1.264	1.165
2.01.05.02.05	Outros passivos	117	220	461
2.02	Passivo Não Circulante	1.925.806	1.573.907	1.405.792
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.632.597	1.571.821	1.404.568
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	346.175	351.753	246.954
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	346.175	351.753	246.954
2.02.01.02	Debêntures	1.286.422	1.220.068	1.157.614
2.02.02	Outras Obrigações	290.110	0	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	290.110	0	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	290.110	0	0
2.02.04	Provisões	3.099	2.086	1.224

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	485	230	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.614	1.856	1.224
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	2.614	1.856	1.224
2.03	Patrimônio Líquido	756.104	696.712	449.141
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.317	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-56.075	-107.658

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	868.274	579.843	551.992
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-500.798	-255.383	-283.186
3.03	Resultado Bruto	367.476	324.460	268.806
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.428	-32.784	-42.929
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.428	-32.784	-42.929
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-31.943	-29.990	-40.892
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-2.694	-2.792	-2.067
3.04.02.03	Outras receitas, líquidas	209	-2	30
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	333.048	291.676	225.877
3.06	Resultado Financeiro	-241.467	-213.218	-211.499
3.06.01	Receitas Financeiras	16.572	9.759	7.111
3.06.01.01	Receitas financeiras	16.572	9.759	7.111
3.06.02	Despesas Financeiras	-258.039	-222.977	-218.610
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	91.581	78.458	14.378
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.189	-26.875	54.047
3.08.02	Diferido	-32.189	-26.875	54.047
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.392	51.583	68.425
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59.392	51.583	68.425
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	207.401	141.955	167.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	357.171	329.310	256.526
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	91.581	78.458	14.378
6.01.01.02	Depreciação e amortização	34.889	31.053	27.016
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	524	632	523
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	230.952	220.380	216.290
6.01.01.05	Margem de Construção	-3.876	-1.443	-1.681
6.01.01.06	Provisão para Contingências	254	230	0
6.01.01.07	Perda na Baixa do Intangível	2.847	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.782	-10.755	-7.707
6.01.02.01	Aplicação financeira	0	0	7.230
6.01.02.02	Contas a receber	-5.887	-10.453	1.238
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.263	-337	-994
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-59	649	-1.052
6.01.02.05	Outros ativos	5.499	-726	-4.805
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	2.227	-182	2.618
6.01.02.07	Fornecedores	1.468	124	-8.477
6.01.02.08	Tributos a pagar	797	170	-3.465
6.01.03	Outros	-151.552	-176.600	-81.342
6.01.03.02	Juros pagos - BNDES	-24.337	-22.114	-20.022
6.01.03.05	Juros pagos - Debentures	-124.046	-153.134	-61.320
6.01.03.06	Juros pagos - CCB e HSBC	-3.169	-1.352	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-647.760	-143.179	-166.793
6.02.01	Adições ao intangível	-383.828	-143.057	-166.549
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-1.610	-122	-244
6.02.03	Aplicações Financeiras	-262.322	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	292.619	93.982	90.747
6.03.01	Pagamento de empréstimo	-138.069	-51.621	-2.675
6.03.02	Captação de empréstimos	145.019	145.603	63.422

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03.04	Aumento de capital social	0	0	30.000
6.03.05	Partes Relacionadas	285.669	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-147.740	92.758	91.431
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	204.500	111.742	20.311
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.760	204.500	111.742

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.392	0	59.392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.392	0	59.392
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.317	-3.317	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	166	-166	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não distribuídos	0	0	3.151	-3.151	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.583	0	51.583
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.583	0	51.583
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	195.988	0	0	0	195.988
5.06.04	Reserva de Capital	0	195.988	0	0	0	195.988
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.000	0	0	0	0	30.000
5.04.01	Aumentos de Capital	30.000	0	0	0	0	30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.425	0	68.425
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.425	0	68.425
5.07	Saldos Finais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	913.797	621.277	588.761
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-451.097	-209.390	-244.713
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-451.097	-209.390	-244.713
7.03	Valor Adicionado Bruto	462.700	411.887	344.048
7.04	Retenções	-34.889	-31.053	-27.016
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.889	-31.053	-27.016
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	427.811	380.834	317.032
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.779	9.775	7.142
7.06.02	Receitas Financeiras	16.572	9.759	7.111
7.06.03	Outros	207	16	31
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	444.590	390.609	324.174
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	444.590	390.609	324.174
7.08.01	Pessoal	33.989	30.072	33.797
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.788	22.490	26.101
7.08.01.02	Benefícios	6.648	6.106	5.714
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.553	1.476	1.982
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	82.116	72.383	-13.375
7.08.02.01	Federais	55.945	48.480	-34.412
7.08.02.02	Estaduais	26.105	68	47
7.08.02.03	Municipais	66	23.835	20.990
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	269.093	236.571	235.327
7.08.03.01	Juros	258.039	222.977	218.595
7.08.03.02	Aluguéis	7.409	13.594	16.732
7.08.03.03	Outras	3.645	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	59.392	51.583	68.425
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59.392	51.583	68.425

Relatório da Administração

Itatiba, 19 de março de 2014 – A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) divulga hoje seus resultados referente ao quarto trimestre de 2013 (**4T13**) e do ano de **2013**.

1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I (“Corredor”), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais que correspondem a, aproximadamente, 4,3% do total de quilômetros das rodovias atualmente sob concessão no Estado de São Paulo. Adicionalmente, a Concessionária é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os trechos das rodovias administradas pela Companhia estão localizados na interligação entre a região da cidade de Campinas e o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, que abrangem 17 municípios. As rodovias sob concessão são quase totalmente interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais, sendo que a interligação completa deverá ser alcançada nos próximos anos com a conclusão das obras da via perimetral de Itatiba.

Relatório da Administração

O transporte de cargas no Brasil é predominantemente rodoviária e a região do Corredor Dom Pedro I se caracteriza pelo privilégio da multipluralidade de indústrias e seus diversos polos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens. A área de influência da região do Corredor abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana de Campinas, o Vale do Paraíba, Norte do Rio de Janeiro e o Sul de Minas.

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

Relatório da Administração

2. Sumário Executivo

O cenário econômico internacional apresentou mudanças significativas no exercício de 2013. Após cinco anos de crise, os países desenvolvidos demonstraram sinais de saída da recessão. Os Estados Unidos apresentaram uma melhora em suas estatísticas de mercado de trabalho ao final desse ano, confirmando uma tendência sinalizada no primeiro semestre de 2013, quando o índice de desemprego atingiu 6,6%, o menor dos últimos cinco anos. As economias mais desenvolvidas, que compõem a zona do euro, vêm recuperando o crescimento econômico e sinalizando o fim da recessão, enquanto que os países emergentes ainda estão com o crescimento abaixo do esperado, como por exemplo, a China, que não atingiu a curva de crescimento projetada para esse exercício.

No cenário econômico nacional, o Governo tem concentrado seus esforços em conter a inflação, que encerrou o ano em 5,9% medida pelo IPCA, sendo que a principal medida adotada é a inibição do consumo via aumento da taxa Selic, que encerrou o exercício em 9,8% a.a. O PIB obteve um crescimento de 2,3% em 2013, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficando abaixo da estimativa feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a média mundial, que é de 3%. Contudo, o crescimento da economia brasileira foi um dos mais altos entre os principais países, ficando acima de países como: Estados Unidos (1,9%), Reino Unido (1,9%), África do Sul (1,9%), Japão (1,6%), México (1,1%), Alemanha (0,4%), França (0,3%) e Bélgica (0,2%), tendo um crescimento inferior apenas aos principais países emergentes, como China (7,7%) e Coreia do Sul (2,8%), dentre outros.

Em meados de 2013, no âmbito das rodovias concessionadas sob a responsabilidade da Companhia, assim como em todo o país, aconteceram diversas manifestações contra a atual conjuntura política e econômica do país. Um dos pontos reivindicados nestas manifestações foram os valores das tarifas de pedágio, levando o Governo do Estado de São Paulo a anunciar o cancelamento do reajuste das tarifas de pedágio que seria praticado no mês de

Relatório da Administração

julho de 2013. Como forma de compensação da perda de receita, o governo reduziu em 50% o valor recolhido pela Concessionária referente à outorga variável, passando de 3,0% para 1,5% da receita bruta, e também deliberou a cobrança de pedágio sobre todos os eixos dos veículos comerciais, inclusive os que não estiverem em contato com a pista no momento da passagem do veículo (eixos suspensos). A Companhia está avaliando os impactos decorrentes dessas mudanças. Ambas as deliberações estão detalhadas no item 17 das notas explicativas das Demonstrações Financeiras 2013, no tópico reajuste da tarifa de pedágio.

Mesmo com o cenário da economia Internacional e Nacional ainda buscando a estabilidade, a Companhia registrou no exercício de 2013, um aumento no tráfego de veículos equivalentes ("VEQ") de 7,2% ante o ano de 2012, refletindo uma variação positiva de 10,3% na receita bruta de pedágio, quando comparado com o ano anterior, o que mostra o bom desempenho da Companhia, em decorrência das melhorias realizadas nas rodovias do Corredor Dom Pedro I.

Em 2013, o EBTIDA da Companhia teve crescimento de 14,0% quando comparado com 2012. Essa variação positiva deve-se principalmente, ao aumento da receita da Companhia.

Destaques

-  Crescimento no **4T13** de 12,1% do tráfego em VEQ y-o-y;
-  R\$ 868.274 milhões de Receita Líquida no ano de **2013**;
-  Crescimento de 13,3% no Resultado Bruto do ano de **2013** y-o-y;
-  EBITDA atingiu R\$ 367.937 milhões no ano de **2013**;
-  Lucro Líquido 15,1% superior no ano de **2013** y-o-y.

Relatório da Administração

3. Desempenho Econômico Financeiro

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Tráfego

Tráfego						
Categoria	4T13	4T12	Var. %	2013	2012	Var. %
Comercial	15.772	13.587	16,1%	56.675	51.619	9,8%
%Veic. Eq. Totais	62,2%	60,1%	2,1 p.p.	61,6%	60,1%	1,5 p.p.
Passeio	9.568	9.017	6,1%	35.385	34.264	3,3%
%Veic. Eq. Totais	37,8%	39,9%	-2,1 p.p.	38,4%	39,9%	-1,5 p.p.
Total Veq.	25.340	22.603	12,1%	92.060	85.883	7,2%

Nota: Veículos equivalentes (“VEQ”) é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado, resultante do produto entre o volume de tráfego por categoria (número de eixos).

No **4T13**, o tráfego pedagiado atingiu um total de 25.340 milhões de veículos equivalentes, apresentando crescimento de 12,1% frente aos 22.603 milhões do 4T12. Este crescimento é mantido também no ano de **2013**, onde o volume de tráfego pedagiado aumentou 7,2% em comparação ao exercício de 2012.

Nos veículos de passeio houve crescimento no **4T13** e no acumulado do ano de **2013**, fechando com 6,1% e 3,3%, respectivamente, em comparação aos mesmos períodos do ano anterior.

Relatório da Administração

Os veículos comerciais apresentaram um crescimento de 16,1% no **4T13** em comparação ao mesmo período do ano anterior. No ano de **2013** o tráfego pedagiado nesta categoria apresentou crescimento de 9,8% em comparação ao ano de 2012.

De acordo com o índice ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias), em 2013, no estado de São Paulo, os veículos leves cresceram 4,2% e os veículos pesados cresceram 2,7%, em comparação ao ano de 2012, demonstrando que o crescimento de veículos leves apresentado pela Companhia ficou levemente abaixo ao crescimento do estado e que o crescimento de veículos comerciais foi expressivamente superior ao crescimento apresentado pelo estado de São Paulo.

De acordo com dados do IBGE, no fechamento de 2013 o setor industrial cresceu 1,2% e, dentre as atividades, a de veículos automotores avançou 7,2%, exercendo a maior influência positiva na formação da média da indústria. Este crescimento foi impulsionado pela expansão na produção da maioria dos itens pesquisados no setor (aproximadamente 63%), com destaque para a fabricação de caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões, reboques e semirreboques e veículos para transporte de mercadorias.

Relatório da Administração

Receita Bruta

Receita Bruta (em R\$ mil)						
Descrição	4T13	4T12	Var. %	2013	2012	Var. %
Receita de Pedágio	146.589	127.371	15,1%	521.010	472.641	10,2%
<i>% Receita Totais</i>	<i>59,8%</i>	<i>76,1%</i>	<i>-16,3 p.p.</i>	<i>57,0%</i>	<i>76,1%</i>	<i>-19,1 p.p.</i>
Receita Acessórias e Outras	1.100	972	13,2%	5.165	4.355	18,6%
<i>% Receita Totais</i>	<i>0,4%</i>	<i>0,6%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>	<i>0,6%</i>	<i>0,7%</i>	<i>-0,1 p.p.</i>
Receita de Construção	97.618	38.999	150,3%	387.621	144.281	168,7%
<i>% Receita Totais</i>	<i>39,8%</i>	<i>23,3%</i>	<i>16,5 p.p.</i>	<i>42,4%</i>	<i>23,2%</i>	<i>19,2 p.p.</i>
Total	245.307	167.342	46,6%	913.796	621.277	47,1%
<i>% Cobrança Eletrônica sobre Receita de Pedágio</i>	<i>65,7%</i>	<i>61,7%</i>	<i>4 p.p.</i>	<i>64,3%</i>	<i>61,3%</i>	<i>3 p.p.</i>

Receita Líquida (em R\$ mil)						
Impostos e contribuições sobre serviço	(12.637)	(11.134)	13,5%	(45.522)	(41.434)	9,9%
Total	232.670	156.208	48,9%	868.274	579.843	49,7%

A **Receita Bruta** da Companhia, composta pelas Receitas de Pedágio, Receitas Acessórias e Receita de Construção, totalizou R\$ 245.307 milhões, gerando crescimento de 46,6% no **4T13** em relação ao mesmo período do ano anterior. A contribuição para este resultado foi decorrente principalmente, da Receita de Construção, que neste trimestre cresceu R\$ 58.619 milhões, equivalente a 150,3% ante ao mesmo período do ano anterior, representando 75,2% do total da variação da receita bruta. No ano de **2013** a **Receita Bruta** da Companhia manteve o crescimento, totalizando R\$ 913.796 milhões ante os R\$ 621.277 milhões de 2012, com variação positiva de 47,1%.

As **Receitas de Pedágio** do **4T13** e do ano de **2013** apresentaram, respectivamente, aumento de 15,1% e 10,2% quando comparado ao mesmo período de 2012. Essa variação positiva é reflexo do aumento de volume de tráfego pedagiado.

As **Receitas Acessórias** no **4T13** e no ano de **2013**, totalizaram R\$ 1.100 milhões e R\$ 5.165 milhões, representando um crescimento de 13,2% e 18,6%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período de 2012. Este

Relatório da Administração

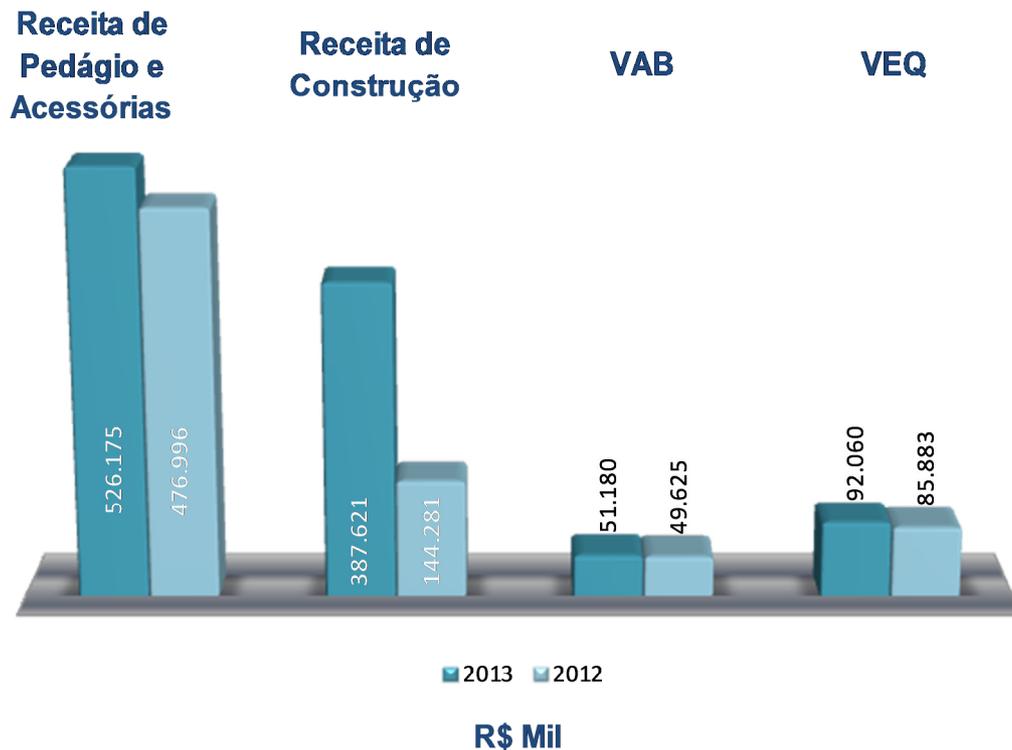
aumento é decorrente basicamente dos reajustes contratuais de uso de faixa de domínio.

Neste **4T13**, a Companhia reconheceu R\$ 97.618 milhões de **Receita de Construção**, representando um aumento de 150,3% em relação ao 4T12. No consolidado de **2013** atingiu R\$ 387.621 milhões, um crescimento de 168,7% em relação ao mesmo período de 2012, em decorrência do aumento dos investimentos. O acréscimo nos investimentos realizados no **4T13** e **2013** está relacionado às obras realizadas ao longo das rodovias administradas pela Companhia. As principais foram: (i) desapropriações e obras de duplicação na rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360); (ii) obras de construção das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065); (iii) obras de recuperação e conservação nos dispositivos viários, entre eles, pontes, viadutos e passarelas; (iv) obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com pintura e sinalização; (v) obras nos dispositivos de segurança, tais como, barreiras de concreto e defensas metálicas, visando mais segurança e conforto aos usuários das rodovias e; (vi) recuperação dos trevos e marginais. A receita de construção, resultante da implementação da Interpretação Técnica ICPC01 aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), é reconhecida com base no valor do Custo de Construção acrescido da margem de 1%.

Neste **4T13**, as deduções sobre a receita bruta, decorrentes da tributação pelo regime de lucro real, totalizaram R\$ 12.637 milhões ante os R\$ 11.134 milhões do 4T12 e no acumulado do ano de **2013** totalizaram R\$ 45.522 milhões, um crescimento de 9,9% comparado ao mesmo período de 2012 em virtude do crescimento das receitas.

A **Receita Líquida** totalizou neste **4T13** R\$ 232.670 milhões ante aos R\$ 156.208 milhões do 4T12, apresentando um acréscimo de 48,9%. Observou-se também crescimento de 49,7% no consolidado de **2013**, totalizando R\$ 868.274 milhões ante aos R\$ 579.843 milhões de 2012.

Relatório da Administração



Custos e Despesas

Custos Operacionais/Despesas Administrativas						(em R\$ mil)
Descrição	4T13	4T12	Var. %	2013	2012	Var. %
Custos Operacionais	(130.596)	(67.164)	94,4%	(500.798)	(255.383)	96,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(12.081)	(8.529)	41,6%	(34.637)	(32.782)	5,7%
Total	(142.677)	(75.693)	88,5%	(535.435)	(288.165)	85,8%

Os custos operacionais e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como a outorga variável da concessão e os custos de construção.

Neste **4T13** os gastos consolidados da Companhia totalizaram R\$ 142.677 milhões apresentando aumento de 88,5% quando comparados ao 4T12. No consolidado do ano **2013** totalizaram R\$ 535.435 milhões (85,8%) ante aos R\$ 288.165 milhões de 2012. O aumento citado refere-se, principalmente, aos custos de construção, proveniente do total de investimentos realizados pela Companhia.

Relatório da Administração

As **Despesas Gerais e Administrativas** apresentaram variação superior de 41,6% no **4T13** e 5,7% no acumulado de **2013**, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior.

Os Custos da Companhia totalizaram R\$ 130.596 milhões no **4T13**, uma variação positiva de 94,4% ante aos R\$ 67.164 milhões do **4T12** e no acumulado de **2013**, os custos apresentaram crescimento de 96,1% em relação ao acumulado de **2012**. Os custos operacionais contemplam os custos dos serviços prestados, custos de construção e depreciação/amortização, conforme quadro abaixo:

Custos Operacionais						
						(em R\$ mil)
Descrição	4T13	4T12	Var. %	2013	2012	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	(24.491)	(20.159)	21,5%	(82.164)	(81.492)	0,8%
Custos de Construção	(96.641)	(38.609)	150,3%	(383.745)	(142.838)	168,7%
Depreciação/Amortização	(9.464)	(8.396)	12,7%	(34.889)	(31.053)	12,4%
Total	(130.596)	(67.164)	94,4%	(500.798)	(255.383)	96,1%

Neste **4T13**, os **Custos dos Serviços Prestados** apresentaram uma variação superior de 21,5% em comparação ao 4T12. No comparativo do ano de **2013**, o valor está em linha.

No **4T13** os **Custos de Construção** tiveram acréscimo de 150,3%, totalizando R\$ 96.641 milhões, e acréscimo de 168,7% no consolidado de **2013**, atingindo R\$ 383.745 milhões, em comparação aos mesmos períodos de **2012**. Ressaltamos que os Custos e Receitas de Construção refletem as novas práticas contábeis. O acréscimo nos custos de construção está relacionado aos investimentos realizados no período.

Os custos com **Depreciação/Amortização** tiveram um acréscimo no **4T13** e no ano de **2013** de 12,7% e 12,4%, respectivamente, totalizando o montante de

Relatório da Administração

R\$ 9.464 milhões e R\$ 34.889 milhões. Os acréscimos observados são decorrentes do aumento do volume de investimentos no período.

A depreciação/amortização é calculada conforme orienta a Interpretação Técnica ICPC01, pela curva de tráfego sobre os investimentos realizados em infraestrutura.

As variações ocorridas nas rubricas de Despesas Administrativas e Custos Operacionais foram basicamente em virtude do incremento no quadro de pessoal, do dissídio coletivo sobre a folha de pagamentos e dos reajustes contratuais de serviços por terceiros.

EBITDA

EBITDA							(em R\$ mil)
Descrição	4T13	4T12	Var. %	2013	2012	Var. %	
Resultado Líquido do Período	10.732	12.875	-16,6%	59.392	51.583	15,1%	
(+/-) Imp. De Renda e Contrib. Social Diferidos	7.148	6.710	6,5%	32.189	26.875	19,8%	
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	72.341	60.912	18,8%	241.467	213.218	13,2%	
(+/-) Depreciação / Amortização	9.464	8.396	12,7%	34.889	31.053	12,4%	
EBITDA	99.685	88.893	12,1%	367.937	322.729	14,0%	
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>42,8%</i>	<i>56,9%</i>	<i>-14,1 p.p.</i>	<i>42,4%</i>	<i>55,7%</i>	<i>-13,3 p.p.</i>	

O EBITDA atingiu no exercício de **2013**, o montante de R\$ 367.937 milhões, registrando aumento de R\$ 45.208 milhões (+14,0%) ante aos R\$ 322.729 milhões do mesmo período do exercício anterior. Já no **4T13**, a Companhia apresentou crescimento de 12,1% em relação ao 4T12, totalizando R\$ 99.685 milhões. O reflexo deste acréscimo é devido ao crescimento do tráfego, gerando impactos positivos nas receitas.

Relatório da Administração

EBITDA ajustado s/ IFRS						
(em milhões de R\$)						
Descrição	4T13	4T12	Var. %	2013	2012	Var. %
EBITDA	99.685	88.893	12,1%	367.937	322.729	14,0%
Margem de Construção ¹	(977)	(390)	150,4%	(3.876)	(1.443)	168,6%
Provisão Conserva Especial ²	136	123	11,2%	524	472	11,2%
EBITDA Ajustado	98.844	88.626	11,5%	364.585	321.758	13,3%
<i>Margem EBITDA Ajustado (%)</i>	73,2%	75,6%	-2,5 p.p.	75,9%	73,9%	2 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro						
(em R\$ mil)						
Descrição	4T13	4T12	Var. %	2013	2012	Var. %
Receitas Financeiras	6.383	2.045	212,1%	16.572	9.759	69,8%
Despesas Financeiras	(78.724)	(62.957)	25,1%	(258.039)	(222.977)	15,7%
Juros sobre empréstimos e debêntures	(72.533)	(62.441)	16,2%	(247.164)	(220.460)	12,1%
Gastos Gerais sobre empréstimos	(6.111)	(444)	1276,4%	(10.605)	(2.284)	364,3%
Outras	(80)	(72)	11,1%	(270)	(233)	15,9%
Resultado Financeiro Líquido	(72.341)	(60.912)	18,8%	(241.467)	(213.218)	13,2%

No **4T13**, o **Resultado Financeiro Líquido** da companhia totalizou o valor de R\$ 72.341 milhões ante aos R\$ 60.912 milhões do mesmo período de 2012, gerando crescimento de 18,8%. Já no consolidado **2013** o acréscimo foi de 13,2% com o total de R\$ 241.467 milhões. A variação do resultado é reflexo principalmente dos encargos financeiros sobre as Debêntures e sobre o contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

As **Receitas Financeiras** totalizaram R\$ 6.383 milhões e R\$ 16.572 milhões, respectivamente, no **4T13** e **2013**, ante aos R\$ 2.045 milhões e R\$ 9.759

Relatório da Administração

milhões de 2012. As variações positivas dos períodos de **2013** comparado a 2012 são decorrentes do aumento no volume de caixa da Companhia no período.

As **Despesas Financeiras** da Companhia estão principalmente impactadas pelo acréscimo nos juros sobre empréstimos e debêntures, no **4T13** e **2013** que cresceram 16,2% e 12,1%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2012, totalizando R\$ 72.533 milhões e R\$ 247.164 milhões. O crescimento está relacionado ao maior volume da dívida e ao aumento de 0,07 p.p. no índice de correção da dívida, IPCA, no acumulado de **2013** comparado ao mesmo período do ano de 2012, conforme divulgado pelo IBGE.

Resultado Líquido

O **Resultado Líquido** da Concessionária no consolidado de **2013** atingiu R\$ 59.392 milhões frente aos R\$ 51.583 milhões de 2012, apresentando aumento de 15,1%. Esta variação positiva segue relacionada ao crescimento de 49,7% na Receita Líquida, impactada principalmente pela Receita de Pedágio.

Endividamento

O **Endividamento** da Companhia no **4T13** apresentou um acréscimo de 0,6% comparado ao **3T13**, totalizando R\$ 1.785.602 milhões.

Endividamento/Disponibilidades saldos em:			(em R\$ mil)
Descrição	4T13	3T13	Var. %
Dívida Bruta	1.785.602	1.774.212	0,6%
Curto Prazo	153.005	187.793	-18,5%
Longo Prazo	1.632.597	1.586.419	2,9%
Caixa e Equivalente de Caixa	56.760	203.583	-72,1%
Dívida Líquida	1.728.842	1.570.629	10,1%

Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Relatório da Administração

O endividamento da Companhia é 100% denominado em moeda nacional. A composição do endividamento por prazo de vencimento no **4T13** era de 8,6% no curto prazo e 91,4% no longo prazo.

Neste trimestre o caixa e equivalente de caixa passaram de R\$ 203,6 milhões no 3T13 para R\$ 56,8 milhões, impactando no crescimento de 10,1% da **Dívida Líquida**.

Composição da Dívida Bruta		(em R\$ mil)
Descrição	2013	%
BNDES	405.166	22,2%
Debêntures	1.421.131	77,8%
Total	1.826.297	100%

Nota: Os valores indicados no quadro acima não contemplam os custos de transação.

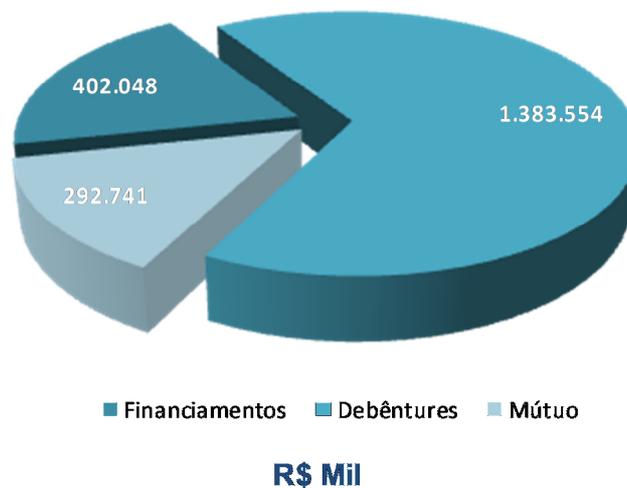
A **composição da dívida bruta** da Concessionária no ano de **2013** totalizou R\$ 1.826.297 milhões, representando as debêntures e o BNDES respectivamente, 77,8% e 22,2%.

Partes Relacionadas

A Companhia celebrou contrato de mútuo com sua controladora (Odebrecht Transport S.A.), subordinado às debêntures e ao financiamento do BNDES. Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com o saldo de transações com partes relacionadas, referente ao mútuo, no valor de R\$ 292.741 milhões. Abaixo segue gráfico indicando a dívida total da Concessionária no exercício de 2013:

Relatório da Administração



Os recursos financeiros tomados são reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

A Companhia encerrou o exercício de **2013** totalizando R\$ 1.155.430 milhões em Investimentos e, desse montante, R\$ 367.998 foram investidos em pavimentações e conservação, R\$ 255.323 com edificações e instalações, R\$ 215.028 com demais melhorias e ampliações e R\$ 114.227 com obras em andamento.

Relatório da Administração

Investimentos - saldo em:		(em R\$ mil)	
Descrição	4T13	3T13	
Edificações e Instalações	255.323	248.786	
Pavimentações e Conservação	367.998	348.480	
Hardware e equip. pedágio	64.109	63.752	
Demais melhorias e ampliações	215.028	99.948	
Desapropriações	101.392	29.083	
Máquinas e equipamentos	4.705	4.971	
Móveis e Utensílios	2.023	2.067	
Veículos	2.911	2.302	
Meio Ambiente/Elementos Seg.	27.067	25.108	
Obras em Andamento	114.227	233.800	
Software	643	580	
Outros	4	-	
Total	1.155.430	1.058.877	

No **4T13** a Companhia realizou investimentos com o intuito de oferecer cada vez mais segurança e conforto aos usuários que circulam pelo Corredor Dom Pedro I. Abaixo seguem os principais investimentos realizados no período:

- ✓ Implantação das marginais, no trecho do município de Campinas da rodovia Dom Pedro I (SP-065);
- ✓ Duplicação da rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360);
- ✓ Recuperação especial de pavimento das rodovias do Corredor Dom Pedro I, incluindo pontes e viadutos.

Os recursos destinados a investimentos são provenientes da linha de crédito contratada junto ao BNDES, do contrato de mútuo referente a partes relacionadas e complementado pela geração de caixa da Companhia.

Relatório da Administração

Outras Informações Contábeis

Outras Informações Contábeis		(em R\$ mil)	
Descrição	2013	2012	
Patrimônio Líquido	756.104	696.712	
Ativo Total	2.871.877	2.419.354	
Resultado Líquido	59.392	51.583	
Número de Ações Integralizadas	556.799	556.799	
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	1,36	1,25	
Resultado Líquido por Ação (R\$)	0,11	0,09	

A Companhia encerrou o exercício social de 2013 com capital social subscrito representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 ações pertencentes à OTP.

4. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia realizou aproximadamente 7 mil atendimentos no ano de **2013**, e apresentou redução de 1,4% em comparação ao mesmo período de 2012, mesmo com o crescimento de tráfego apontado anteriormente.

A variação positiva deve-se principalmente a melhora das condições das rodovias com os investimentos realizados, bem como à realização de campanhas educativas e de conscientização aos usuários de nossas rodovias.

Relatório da Administração

Os atendimentos estão abaixo relacionados:

- ✓ 60,2% de serviços de inspeção;
- ✓ 23,7% de serviços de guinchos;
- ✓ 11,0% de serviços mecânicos;
- ✓ 4,1% de serviços pré-hospitalares e;
- ✓ 1,0% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht — TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

A seguir, informações do exercício findo em 2013 e 2012:

Gestão de Pessoas		
Descrição	2013	2012
Número de Funcionários		
Diretos	593	553
Indiretos	966	816
Valores Investidos (R\$ Mil)		
Treinamento	223	119
Previdência	255	403

Relatório da Administração

Menor Aprendiz

A Concessionária, em parceria com a Instituição C.I.E.E. (Centro de Integração Empresa Escola) por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

5. Governança Corporativa

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Concessionária, alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

Relatório da Administração

Auditoria e Demonstrações Financeiras

Em 28 de fevereiro de 2013 a Companhia realizou a contratação de seu auditor independente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”).

Não houve, neste período, a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não sejam os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação. A contratação de empresa de auditoria independente é também submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia.

Conduta e Código de Ética

Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo e, conseqüentemente, todos os seus integrantes.

Transparência e Gestão

Existência de web site da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa.

Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio.

Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

Relatório da Administração

6. Sustentabilidade

Responsabilidade Socioambiental

Em **2013**, além das campanhas permanentes já divulgadas pela Companhia, tais como: Por Cima do Risco, Parada Legal de Carros e Motos, Caia na Rede, Programa Rota Saudável e Rota da Educação, iniciaram-se as novas campanhas:

Campanha na Mão Certa

O Programa Na Mão Certa é uma iniciativa da Childhood do Brasil para enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia.

Dados da Campanha:

- ✓ Apresentação de Case no Encontro Anual;
- ✓ 2 Campanhas para caminhoneiros;
- ✓ 1.037 beneficiados;
- ✓ Parceria com a Polícia Federal para realização de 2 palestras;
- ✓ 72 integrantes e prestadores de serviço.

Rota Reciclável

O projeto Rota Reciclável visa contribuir com os municípios para estruturação de usinas de material reciclado e também para o fortalecimento da capacidade produtiva e geração de renda dos cooperados. O projeto também tem o objetivo de sensibilizar e mobilizar a população com relação ao seu engajamento nas práticas e destinação de resíduos sólidos recicláveis.

Os principais beneficiários deste projeto são os cooperados que trabalham na triagem de material reciclável, suas famílias e as comunidades do município.

Relatório da Administração

Informações do projeto:

- ✓ 25 cooperados (86%) são do sexo feminino e 4 (14%) do sexo masculino;
- ✓ 52% dos trabalhadores estão na faixa etária de 40 a 65 anos;
- ✓ 58 pessoas do núcleo familiar (48%) dependem economicamente dos cooperados;
- ✓ Renda familiar per capita é de R\$ 398,76, que corresponde a 58% do salário mínimo vigente, e evidencia que a renda familiar depende em grande parte do valor de retirada/mês dos trabalhadores da cooperativa.

Etapas envolvidas no projeto:

- ✓ Terreno de 6 mil metros quadrados;
- ✓ Coleta seletiva de material reciclável;
- ✓ Campanha de comunicação;
- ✓ Parceiro financiador;
- ✓ Acompanhamento do projeto e fiscalização;
- ✓ Construção / reforma do prédio;
- ✓ Acompanhamento do projeto;
- ✓ Fornecimento de equipamentos;
- ✓ Ações de comunicação.

Party

O Programa é desenvolvido em parceria com a Unicamp e tem como objetivo conscientizar jovens sobre os fatores de riscos relacionados a traumas que tenham origem no consumo do álcool ao dirigir.

Resultados 2013:

- ✓ Realização de 16 palestras;
- ✓ Beneficiados: 867 jovens com idades entre 15 e 18 anos.

Relatório da Administração

Estrutura:

- ✓ Convite aos alunos durante visita educativa na escola;
- ✓ Visita durante uma tarde no Hospital das Clínicas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas);
- ✓ Avaliação de conhecimentos por meio de teste antes e depois das conscientizações;
- ✓ Palestras educativas;
- ✓ Trajeto dentro do hospital;
- ✓ Conversas com vítimas de traumas no trânsito, acompanhadas por especialistas médicos e psicólogos;
- ✓ Entrega de certificados;
- ✓ Manutenção do contato com a equipe pelas redes sociais e por meio de visitas à escola.

Meio Ambiente

No ano de 2013 a Concessionária realizou, como forma de compensação ambiental das obras de ampliação e melhoria do sistema viário, o plantio de 10.877 mudas, alcançando um total de 77.108 mudas plantadas desde o início da concessão do Corredor Dom Pedro I, em abril de 2009. O plantio destas mudas foi realizado em quatro áreas distintas, contribuindo para a recomposição vegetal de áreas de relevância ambiental, bem como as áreas de preservação permanente. Com o intuito de corroborar com a conscientização ambiental das comunidades locais, a Concessionária, em alguns dos plantios realizados, contou com a presença de 87 alunos da rede pública de ensino.

Na semana do meio ambiente, de 3 a 7 de junho, foi realizada a distribuição de 7.110 jogos de tabuleiro com foco nas questões ambientais em 15 escolas da rede de ensino infantil local. A semana do meio ambiente contou também com a distribuição de 100.000 folhetos, nas praças de pedágio, de conscientização dos motoristas quanto à fauna local, marcando a parceria firmada entre a Concessionária e o ICMBio, com foco na proteção da fauna.

Relatório da Administração

Neste mesmo ano houve a remoção de pouco mais de 1.000 toneladas de resíduos dos trechos rodoviários concessionados pela Companhia, destinados a aterro sanitário devidamente licenciado. Também foram reciclados 45,67 toneladas de materiais, entre eles:

- Placas de sinalização inutilizadas;
- Resíduos de escritório;
- 1.715 lâmpadas, por meio da operação Papa Lâmpadas.

Como destaque para o ano de 2013, a Concessionária conquistou o Prêmio RAC/SANASA de Responsabilidade Ambiental. Durante o período de 25 de abril a 24 de outubro de 2013, o Correio Popular, principal jornal da região de Campinas, trouxe projetos de sustentabilidade e preservação do meio ambiente realizados por empresas privadas, públicas e pelo terceiro setor. Essas iniciativas foram avaliadas por um corpo de jurados (especialistas em questões ambientais) e dentre elas, foram selecionadas as três melhores nas categorias público/privado e terceiro setor para entrega do prêmio. Em sua 7ª edição, o prêmio é o principal concurso na região de Campinas ligado ao meio ambiente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de Companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2014.

Reestruturação societária

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora Odebrecht TransPort Participações S.A. (“OTPP”), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, o qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio, com contrapartida nas contas de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 10). Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) passou a deter 100% do capital total da Companhia. Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) passou a deter 100% do capital total da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de tráfego, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2013, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2013, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Contas a receber" e "Outros ativos" (Notas 7, 8 e 9).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 10).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Ativos intangíveis

(I) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(II) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(III) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (Nota 12). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de tráfego utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% ao ano e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando R\$ 2.614 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.856 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(l) Empréstimos e Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(n) Reconhecimento de receita**(I) Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(II) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2013	2012	2013	2012	2013	2012
387.621	144.281	(383.745)	(142.838)	3.876	1.443

(o) Regime Tributário de Transição – RTT

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 montaram a R\$ 255, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 montaram a R\$ 403.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

(q) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 4.099 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2012).

(r) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foi adotada pela Companhia.

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.4 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o exercício de 2012, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 10).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano (ii)</u>	<u>Entre um e dois anos (ii)</u>	<u>Entre dois e cinco anos (ii)</u>	<u>Acima de cinco anos (ii)</u>
Em 31 de dezembro de 2013 (i)				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	20.745			
Empréstimos	216.903	243.080	813.455	2.648.836
Partes Relacionadas	21.569	22.319	73.750	767.055
Em 31 de dezembro de 2012 (i)				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	19.880			
Empréstimos	177.671	211.941	787.009	3.042.471

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	5,8%	6,0%	5,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 23/12/2013

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP *	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA *	5,18%	6,37%	7,57%

* Refere-se à média aritmética da projeção de 2013 a 2025 das taxas de TJLP e IPCA apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Financiamento BNDES	abr/25	Alta na TJLP	113.551	132.535	151.327

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	2.274.750	2.546.318	2.841.059
Financiamento BNDES	mai/22	Alta no IPCA	51.331	56.225	61.076
Mútuo	out/25	Alta no IPCA	584.693	693.459	815.273

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 34.016 (em 31 de dezembro 2012 - R\$ 27.093), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 podem ser assim sumariados:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13)	1.785.602	1.690.111
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(56.760)</u>	<u>(204.500)</u>
Dívida líquida	<u>1.728.842</u>	<u>1.485.611</u>
Total do patrimônio líquido	<u>756.104</u>	<u>696.712</u>
Total do capital	<u>2.484.946</u>	<u>2.182.323</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>70</u>	<u>68</u>

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	2013	2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	56.760	204.500
Aplicações financeiras	278.769	
Contas a receber e demais contas a receber	38.188	37.800
	<u>373.717</u>	<u>242.300</u>
	Outros passivos financeiros	
	2013	2012
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	1.785.602	1.690.111
Fornecedores e outras obrigações	23.357	21.738
	<u>1.808.959</u>	<u>1.711.849</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Avaliação de risco *	2013	2012
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber			
Contra partes sem classificação externa de crédito			
CGMP		34.016	27.093
Outros		2.431	3.467
Total de contas a receber		<u>36.447</u>	<u>30.560</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras			
Contra partes com classificação externa de crédito			
Banco BTG Pactual	Aaa	219.596	86.608
Banco Caixa Econômica Federal	Aaa	66.466	
Banco Santander	Aaa	29.830	56.128
Banco Votorantim	Aaa	11.667	15.951
Banco do Brasil	Aaa	4.764	39.880
Banco HSBC	Aaa	12	
Banco Bradesco	Aaa	2	27
Banco Itaú	Aaa	2	1
Banco Indusval	A2		1
		<u>332.339</u>	<u>198.596</u>
Contra partes sem classificação externa de crédito			
Caixa Geral		534	226
Numerário em Trânsito		2.237	5.332
Fundo de Troco		419	346
		<u>3.190</u>	<u>5.904</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		<u>335.529</u>	<u>204.500</u>

(*) Fonte: Agência Moody's - 12/2013

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa geral	534	226
Bancos conta movimento	4.922	1.717
Numerário em trânsito (i)	2.237	5.332
Fundo de troco	419	346
Aplicações financeiras	48.648	196.879
	<u>56.760</u>	<u>204.500</u>

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.

8 Aplicações financeiras

	<u>2013</u>
BTG Pactual	212.304
Caixa Economica Federal	66.465
	<u>278.769</u>

Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) compromissados e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 100,3% e 102,8% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

A Companhia deverá utilizar os recursos referentes às aplicações financeiras exclusivamente para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

9 Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento	34.016	27.093
DBTRANS Ltda.	1.201	1.915
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	862	1.308
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	135	
Outras contas a receber	233	244
	<u>36.447</u>	<u>30.560</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Ativo - não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (ii)	106.732	89.142
Amortização da outorga	1.619	1.619
Benefício fiscal (ágio) (i) e (ii)	176.389	195.988
Outras diferenças temporárias	1.566	205
	<u>286.306</u>	<u>286.954</u>
Passivo - não circulante		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	48.049	28.729
Margem de construção	3.926	2.608
Encargos financeiros	17.616	14.023
Outras diferenças temporárias	24.855	17.545
	<u>94.446</u>	<u>62.905</u>
	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	286.305	286.954
Tributos diferidos passivos	(94.445)	(62.905)
	<u>191.860</u>	<u>224.049</u>

A variação líquida do primeiro exercício de 2013 relativa aos impostos diferidos totalizou R\$ (32.189).

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na Instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela ICPC 09, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	518.792	576.435
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(342.403)	(380.447)
Total do benefício fiscal	<u>176.389</u>	<u>195.988</u>

A Companhia optou por adotar os preceitos das Instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de "Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (ii) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio a ser amortizado para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2014		19.599	19.599
2015		19.599	19.599
2016	1.476	19.599	21.075
2017	10.752	19.599	30.351
2018	19.543	19.599	39.142
2019	27.762	19.599	47.361
2020 em diante	47.198	58.795	105.993
	<u>106.732</u>	<u>176.389</u>	<u>283.121</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Imobilizado**(a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada		Líquido
Máquinas e equipamentos	20	1.608	(759)	849	744
Móveis e utensílios	10	259	(78)	181	63
Instalações	10	5		5	
Veículo	20	790	(28)	762	
Outros		4	(2)	2	
		<u>2.666</u>	<u>(867)</u>	<u>1.799</u>	<u>807</u>

(b) Movimentação

	2013	2012
Saldo no início do exercício	807	931
(+) Adições	1.610	122
(-) Baixas por alienações	(281)	
(+) Transferências		7
(-) Depreciação	<u>(337)</u>	<u>(253)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.799</u>	<u>807</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível**(a) Composição**

	Taxas anuais de amortização (%)	2013		2012
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações		255.318	(15.675)	239.643
Pavimentações e conservação especial		367.998	(22.066)	345.932
Hardware equipamentos de pedágio		64.109	(7.319)	56.790
Demais melhorias e aplicações		215.028	(3.398)	211.630
Desapropriações		101.392	(919)	100.473
Máquinas e equipamentos		3.097	(517)	2.580
Móveis e utensílios		1.764	(212)	1.552
Veículos		2.121	(97)	2.024
Meio ambiente e elementos de segurança		27.067	(1.154)	25.913
Obras em andamento		114.227		114.227
		1.152.121	(51.357)	1.100.764
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão		1.337.238	(139.621)	1.197.617
Softwares adquiridos de terceiros	20	643	(223)	420
		1.337.881	(139.844)	1.198.037
		2.490.002	(191.201)	2.298.801
				1.948.215

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software	Total
Custo	767.066	1.337.238	560	2.104.864
Amortização acumulada	(38.285)	(118.212)	(152)	(156.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	728.781	1.219.026	408	1.948.215
Aquisições	387.621		83	387.704
Baixas, líquidas de amortização	(2.566)			(2.566)
Amortização	(13.072)	(21.409)	(71)	(34.552)
Saldo contábil	1.100.764	1.197.617	420	2.298.801
Custo	1.154.687	1.337.238	643	2.492.568
Baixas, líquidas de amortização	(2.566)			(2.566)
Amortização acumulada	(51.357)	(139.621)	(223)	(191.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.100.764	1.197.617	420	2.298.801
Taxa anual de amortização (%)			20	

13 Empréstimos e Debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2013	2012
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32%	341.986	328.385
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 9,6%	30.663	26.421
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 8,66%	32.517	28.265
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.421.131	1.352.103
Custos a amortizar (c)	R\$		(40.695)	(45.063)
			1.785.602	1.690.111
Passivo circulante			(153.005)	(118.290)
Passivo não circulante			1.632.597	1.571.821
			(1.785.602)	(1.690.111)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A composição das liberações da operação do empréstimo junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2013 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2013
ago/10	175.364	*	TJLP + 2,32%	141.612
dez/10	30.000	abr/23	TJLP + 2,32%	29.561
mar/11	34.103	abr/23	TJLP + 2,32%	33.603
out/11	13.963	mai/22	IPCA + 9,60%	19.370
out/11	3.616	abr/23	TJLP + 2,32%	3.563
out/11	3.371	abr/21	TJLP + 2,32%	2.610
out/11	632	abr/23	TJLP + 2,32%	623
nov/11	8.238	mai/22	IPCA + 9,60%	11.293
fev/12	20.959	abr/25	TJLP + 2,32%	21.278
fev/12	4.888	abr/21	TJLP + 2,32%	3.922
fev/12	24.099	abr/23	TJLP + 2,32%	23.746
mar/12	5.985	abr/23	TJLP + 2,32%	5.897
mar/12	8.544	abr/21	TJLP + 2,32%	6.919
nov/12	2.783	abr/21	TJLP + 2,32%	2.432
nov/12	15.406	abr/23	TJLP + 2,32%	15.181
nov/12	2.695	abr/25	TJLP + 2,32%	2.736
nov/12	3.274	jul/18	TJLP + 2,32%	2.653
dez/12	9.453	abr/25	TJLP + 2,32%	9.597
dez/12	28.094	mai/22	IPCA + 8,66%	32.517
dez/13	11.373	abr/21	TJLP + 2,32%	11.384
dez/13	21.959	abr/23	TJLP + 2,32%	21.981
dez/13	2.687	abr/25	TJLP + 2,32%	2.688
Total liberado	431.486			405.166

(*) O montante de R\$ 175.364 liberado em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril/23, R\$ 4.217 em abril/25 e o restante de R\$ 148.925 em abril/21.

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

No dia 16 de julho de 2012, a Companhia pagou aos debenturistas de ambas as séries um total de R\$ 13.190 referente ao prêmio de 1% do saldo devedor das Debêntures em contrapartida à concordância com as alterações contratuais.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 31 de dezembro de 2013 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2013	2012
junho-10	1º série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57 %	728.329	691.373
junho-10	2º série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57 %	692.802	660.730
					1.421.131	1.352.103

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2013	0,50%	julho de 2013	1,00%
janeiro de 2014	0,50%	julho de 2014	1,00%
janeiro de 2015	3,00%	julho de 2015	2,00%
janeiro de 2016	4,00%	julho de 2016	4,00%
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

(i) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado

(ii) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado

O vencimento da primeira parcela das debêntures da primeira série foi alterado, neste 3º aditivo, para 15 de janeiro de 2013. Nesta data houve liquidação de R\$ 2.750, referente a primeira parcela do principal, juntamente com juros e correção monetária incorrida sobre o saldo total no montante de R\$ 60.884. Em 15 de julho de 2013, a Companhia liquidou a terceira parcela referente à segunda série das debêntures no montante de R\$ 68.662, valor referente a juros.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(c) Custos de captação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			2013	2012
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	41.243	3.819	45.062	34.717
(+) Adições (*)				14.576
(-) Amortizações	(3.666)	(701)	(4.367)	(4.231)
Saldo no final do exercício	<u>37.577</u>	<u>3.118</u>	<u>40.695</u>	<u>45.062</u>

(*) Gastos incorridos, no exercício de 2012, na renegociação das debêntures, sendo R\$ 13.190 referente prêmio pago a debenturistas e saldo residual decorrente de pagamento de assessoria jurídica e taxa administrativa.

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2015	3.990	576	4.566
2016	4.055	501	4.556
2017	4.099	423	4.522
2018	4.104	344	4.448
2019	4.175	264	4.439
2020	4.098	182	4.280
2021	3.746	106	3.852
2022	2.979	52	3.031
2023	1.943	15	1.958
2024 em diante	519	7	526
	<u>33.708</u>	<u>2.470</u>	<u>36.178</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(d) Prazo de vencimento**

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2014		57.246
2015	89.546	77.076
2016	109.564	96.832
2017	109.599	96.846
2018	109.433	96.664
2019	100.855	88.066
2020	145.013	132.206
2021	179.255	167.470
2022	239.607	228.341
2023	251.474	226.700
2024 em diante	298.251	304.374
	<u>1.632.597</u>	<u>1.571.821</u>

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos nos contratos de empréstimo:

- . Limitação para realização de transferência de ações, excetuando-se qualquer transferência na qual as sociedades sucessoras sejam direta ou indiretamente da Organização Odebrecht;
- . Limitações para a alienação de quaisquer equipamentos ou outros bens, sem a anuência expressa dos credores, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”) em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$ 10.000 (dez milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- . Limitação para contratar empréstimos ou financiamentos em montante superior ao equivalente a 15% da soma do faturamento bruto dos últimos 12 meses;
- . Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada trimestre;
- . Abster-se de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio com o índice de cobertura de serviço da dívida abaixo de 1,30;

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- . Manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Financeiro não inferior a 0,2 (dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento e apurado ao final de cada exercício social;
- . Manter Conta Reserva de Serviço da Dívida ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente aos recursos necessários para o pagamento dos próximos seis meses do serviço da dívida;
- . Manter Conta Reserva de O & M ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela Companhia nos três meses anteriores;
- . Operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), desde que este seja subordinadas ao pagamento das Debêntures e ao contrato de financiamento do BNDES.

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013.

14 Saldos e transações com partes relacionadas**(a) Composição**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e do exercício 2012, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo*</u>	<u>Receitas</u>	<u>Serviços prestados</u>
CNO				602
Consórcio Corredor Dom Pedro I (i)				217.956
OTP (ii)		292.741		
ConectCar (iii)	135		500	
	<u>135</u>	<u>292.741</u>	<u>500</u>	<u>218.558</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>135</u>	<u>292.741</u>	<u>500</u>	<u>218.558</u>
Em 31 de dezembro de 2012		<u>45</u>		<u>82.928</u>

* O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2012 referia-se integralmente à posição de fornecedores em aberto.

(i) Consórcio Corredor Dom Pedro I

O Consórcio Corredor Dom Pedro I, formado pelas coligadas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., detém todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

O valor da transação com o Consórcio Corredor Dom Pedro I refere-se ao investimento realizado pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para manutenção e ampliação do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) OTP

Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de até R\$ 300.000 com sua controladora, sendo que nessa mesma data ocorreu o desembolso no valor de R\$ 110.000, atualizado pela variação acumulada do índice de inflação mais juros remuneratórios de 6,70% a.a.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia recebeu o saldo residual referente ao valor total do contrato de mútuo celebrado com sua controladora. A atualização dos valores liberados na segunda série utilizará os mesmos já aplicados à primeira série.

Este contrato está subordinado às debêntures e ao financiamento do BNDES, conforme 3º aditivo da escritura de debêntures aprovado pelos debenturistas em 10 de julho de 2012.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a primeira ocorrerá em 2014 e a liquidação do valor total do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

(iii) ConectCar

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., é uma empresa do grupo OTP, opera com um sistema de pagamento eletrônico pré-pago; este sistema funciona através de um TAG instalado no veículo que serve para pagar pedágios e estacionamentos. Atualmente todas as praças de pedágio da Companhia estão equipadas com este sistema.

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, totalizou os montantes de R\$ 2.694 e R\$ 2.792, respectivamente.

15 Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta o montante de R\$ 401 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 150) relacionado às contingências trabalhistas e previdenciárias e R\$ 84 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 80) em reclamações cíveis.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 3.665 em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela OTP e indiretamente pela Odebrecht S.A. ("ODB").

(b) Reserva de lucros**(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, está demonstrada na Nota 24.

17 Receita

	2013	2012
Receita de obra de infraestrutura (i)	387.621	144.281
Receita de operação		
Receitas em numerário	144.953	141.362
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	335.075	289.685
Receitas de vale pedágio (iii)	40.838	41.594
Outras receitas	5.309	4.355
	<u>526.175</u>	<u>476.996</u>
Receita total	<u>913.796</u>	<u>621.277</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(45.522)</u>	<u>(41.434)</u>
	<u>868.274</u>	<u>579.843</u>

(i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 R\$ 387.621 (R\$ 144.281 em 31 de dezembro de 2012) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (*“Automatic Vehicle Identification”*) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.

(iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

Interrupção parcial nas operações

Na manhã de 3 de julho de 2013, a Praça de Pedágio situada na Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP 332), KM 135,5, no município de Paulínia, foi vítima da ação de vândalos, impossibilitando a operação de cobrança de pedágio na referida praça. A Companhia executou uma série de ações visando o retorno de suas atividades normais, com adequado nível de serviços, possibilitando a retomada das operações no dia 21 de julho de 2013. Adicionalmente, a Companhia informa que os danos incorridos estão devidamente cobertos por seguros que proporcionam uma efetiva e compreensiva cobertura sobre os riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela Concessão.

Em 30 de dezembro de 2013, a Companhia recebeu da Itaú Seguros S.A. o montante de R\$ 2.144 referente à indenização da receita pelo período em que a Praça de Pedágio ficou interrompida, e R\$ 744 referentes à indenização pelos danos materiais.

Reajuste da tarifa de pedágio

No dia 24 de junho de 2013, o governador do Estado de São Paulo anunciou o cancelamento do reajuste do valor das tarifas de pedágio previsto para ocorrer anualmente em 1º de julho, conforme contrato firmado entre o governo e a Companhia. Contudo, também foram anunciadas duas medidas: (i) em 22 de julho de 2013, foi editado pela Secretaria Estadual de Logística e Transportes, a Resolução nº 04, que deliberou a cobrança de pedágio sobre todos os eixos dos veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo, que passou a vigorar, conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, a partir de 28 de julho de 2013; (ii) em 27 de julho de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP autorizou o não recolhimento de 1,5%, dos 3% de outorga variável determinada em contrato, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Em 14 de dezembro de 2013, esta determinação foi prorrogada por prazo indeterminado pelo Conselho Diretor da ARTESP, quanto ao não recolhimento de 1,5%, qual seja 50% da outorga variável.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18 Custos dos serviços**

Os custos dos serviços prestados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(21.408)	(20.532)
Depreciação, amortização do intangível	(13.481)	(10.521)
Provisão de conserva especial	(524)	(472)
Gerenciamento e manutenção e conservação da Rodovia	(18.092)	(17.175)
Salários	(16.609)	(15.235)
Outorga variável	(12.309)	(14.313)
Gastos gerais	(11.996)	(12.900)
Serviços de terceiros	(4.851)	(5.344)
Seguros	(6.483)	(5.855)
Atendimento pré hospitalar	(4.674)	(4.636)
Guincho	(4.463)	(4.212)
Materiais	(2.163)	(1.350)
	<u>(117.053)</u>	<u>(112.545)</u>
Custos de obra de infraestrutura	<u>(383.745)</u>	<u>(142.838)</u>
	<u>(500.798)</u>	<u>(255.383)</u>

19 Resultado financeiro, líquido

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(247.164)	(220.460)
IOF sobre empréstimos tomados (i)	(6.865)	
Comissões bancárias sobre empréstimos	(3.740)	(1.770)
Outras	(270)	(747)
	<u>(258.039)</u>	<u>(222.977)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	<u>16.572</u>	<u>9.759</u>
	<u>(241.467)</u>	<u>(213.218)</u>

(i) O valor refere-se substancialmente ao IOF devido à operação de mutuo com o controladora OTP.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes dos impostos	91.581	78.458
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	<u>(31.138)</u>	<u>(26.676)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões (adições) permanentes, líquidas	<u>(1.051)</u>	<u>(148)</u>
Efeito IR e CSLL no resultado	<u>(32.189)</u>	<u>(26.824)</u>
IR e CSLL diferidos	<u>(32.189)</u>	<u>(26.824)</u>
Total da despesa com IR e CSLL	<u><u>(32.189)</u></u>	<u><u>(26.824)</u></u>

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários	(19.025)	(16.052)
Auditoria e consultorias	(2.764)	(6.201)
Serviços de terceiros	(4.885)	(6.719)
Impostos, taxas e contribuições	(439)	
Outros gastos	(4.830)	(1.018)
	<u><u>(31.943)</u></u>	<u><u>(29.990)</u></u>

22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Risco de Engenharia	Zurich	31/03/2015	93.527
Risco de Engenharia	Zurich	30/06/2014	21.740
Garantia de Concessões Públicas	AIG	30/06/2014	177.541
Garantia de Concessões Públicas	AIG	30/06/2014	110.522
Risco de Engenharia	ZURICH	24/03/2014	6.368
Risco de Engenharia	ZURICH	24/03/2014	6.766
Seguro de Rodovia	ITAU	30/06/2014	182.500
Responsabilidade Civil	ITAU	30/06/2014	761
Responsabilidade Civil Diretores	ALLIANZ	01/06/2014	40.000
Risco de Engenharia	Zurich	30/05/2015	6.295
Seguro de Veículo	ITAU	26/09/2014	(**)
Risco de Engenharia	Zurich	30/05/2014	7.300
Seguro de Veículo	TOKIO	30/09/2014	(*)

(*) 110% da Tabela FIPE

(**) 100% da Tabela FIPE

23 Lucro por ação**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	59.392	51.583
Quantidade média ponderada por ações (milhares)	<u>556.800</u>	<u>556.800</u>
Lucro básico por lote de mil ações	<u>106,67</u>	<u>92,64</u>

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

24 Dividendos

Em 31 de dezembro de 2013 a investidora OTP, representante de 100% do capital social da CRB, formalizou à Administração da Companhia a sua intenção de aprovar a não distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Com base nessa autorização, o valor devido aos dividendos foi utilizado para constituição de reserva de dividendos, conforme cálculo a seguir:

	2013
Lucro líquido do exercício	3.317
Constituição da reserva legal (5%)	(166)
Base de cálculo dos dividendos	<u>3.151</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(788)
Dividendo adicional proposto a pagar	<u>(2.363)</u>
	<u>(3.151)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>100%</u>

25 Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2014, a Companhia liquidou a terceira parcela referente à primeira série das debêntures no montante de R\$ 67.875.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMPARATIVO ORÇADO X REALIZADO	4º TRIMESTRE DE 2013 (4T13)			
	REALIZADO	PROJETADO	Δ R\$	Δ %
Highlights Financeiros (R\$ milhões)				
RECEITA LÍQUIDA	868.274	812.341	55.933	6,9%
EBITDA	367.937	368.430	(493)	-0,1%
CAPEX	(363.497)	(312.266)	(51.232)	16,4%
Dívida Total	1.785.602	1.839.369	(53.767)	-2,9%
Caixa e equivalentes / Aplicações Financeiras	335.529	377.296	(41.767)	-11,1%
Dívida Líquida	1.450.073	1.462.073	(12.000)	-0,8%
Patrimônio Líquido	756.104	724.096	32.008	4,4%

Receita Líquida

Realizou acima do projetado no ano de 2013, devido, principalmente ao aumento na rubrica de receita de construção, reflexo do aumento dos investimentos em Obras de Infraestrutura realizadas.

CAPEX

O realizado ficou acima do projetado por conta da alteração do cronograma de investimentos, devido à evolução das obras de duplicação da Rodovia SP 360 e das Marginais de Campinas.

Caixa e Equivalentes

Realizou abaixo do projetado, basicamente em decorrência de antecipação de pagamento de dívida de curto prazo.

Patrimônio Líquido

Realizou acima do projetado em decorrência do resultado da Companhia que ficou acima do projetado, reflexo principalmente da variação positiva da receita líquida.

Os demais itens projetados não apresentaram variações significativas com os valores realizados ano de 2013.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 13/11/2013.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 20 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Itatiba, 20 de fevereiro de 2014.

Júlio Cesar Duarte Perdigão
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Itatiba, 20 de fevereiro de 2014.

Júlio Cesar Duarte Perdigão
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Nota Explicativa 23 Lucro por Ação